



**ENAN  
PUR 2023**  
Belém 22 a 26 de maio



## Fraturas periféricas: dinâmicas de reprodução social crítica em uma periferia de Belo Horizonte (MG) em um contexto de crise<sup>1</sup>

**Thiago Canettieri**

Departamento de Urbanismo – UFMG

**Catarina Ferolla Vasconcelos**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – UFMG

**Camilla Milene Sales Reis**

Graduanda em Geografia – UFMG

**Luisa Cristina Silva Alves**

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo – UFMG

### Sessão Temática 1: Crise e Reestruturação do Espaço Urbano e Regional no Brasil

*Resumo. A dinâmica de reprodução social na periferia enfrenta uma série de adversidades. Os sujeitos periféricos, portanto, devem se organizar – por meio de diferentes expedientes – para garantir sua sobrevivência. Essa forma de reprodução cotidiana foi amplamente estudada e debatida no campo dos Estudos Urbanos brasileiros ao longo do século XX. Entretanto, o atual momento da urbanização brasileira, atravessada por uma profunda crise, parece atualizar essas estratégias de reprodução. A partir dos resultados obtidos por uma pesquisa em andamento em uma periferia de Belo Horizonte, este trabalho objetiva analisar as transformações nas estratégias de sobrevivência da população periférica e apresentar a noção de “reprodução social crítica” como um conceito pertinente para compreender o atual momento da urbanização brasileira.*

*Palavras-chave. Periferias urbanas; reprodução social; crise urbana.*

### Peripheral Fractures: critical social reproduction dynamics in a periphery of Belo Horizonte (MG) in a crisis context

*Abstract. The dynamics of social reproduction in the periphery faces a series of adversities. Peripheral subjects, therefore, must organize themselves — from different expedients — to ensure their survival. This form of daily reproduction was widely studied and debated in the field of Brazilian Urban Studies throughout the 20th century. However, the current moment of Brazilian urbanization, crossed by a deep crisis, seems to update these reproduction strategies. Based on the results obtained by a research in progress in a periphery of Belo Horizonte, this work aims to analyze the transformations in the survival strategies of the peripheral population and present the notion of “critical social reproduction” as a relevant concept to understand the current moment of Brazilian urbanization.*

*Keywords: Urban peripheries; social reproduction; urban crisis.*

### Fracturas periféricas: dinâmicas críticas de reproducción social en una periferia de Belo

<sup>1</sup> A pesquisa é apoiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação de Apoio da UFMG (Fundep).

## Horizonte (MG) en un contexto de crisis

**Resumen.** *La dinámica de reproducción social en la periferia enfrenta una serie de adversidades. Los sujetos periféricos, por lo tanto, deben organizarse —usando diferentes expedientes— para garantizar su supervivencia. Esta forma de reproducción cotidiana fue ampliamente estudiada y debatida en el campo de los Estudios Urbanos brasileños a lo largo del siglo XX. Sin embargo, el momento actual de la urbanización brasileña, atravesado por una profunda crisis, parece actualizar estas estrategias de reproducción. Con base en los resultados obtenidos por una investigación en curso en una periferia de Belo Horizonte, este trabajo tiene como objetivo analizar las transformaciones en las estrategias de supervivencia de la población periférica y presentar la noción de “reproducción social crítica” como un concepto relevante para comprender el momento actual de la urbanización brasileña.*

*Palabras clave:* Periferias urbanas; reproducción social; crisis urbana.

### 1. Introdução

A reprodução da vida nas periferias brasileiras é atravessada por adversidades. Investigar a complexa trama da reprodução social crítica nesses territórios é fundamental para se compreender a dinâmica contemporânea da reprodução do capital em crise. O entendimento do lugar que a periferia ocupa na reprodução das relações sociais capitalistas passa por ressaltar um caráter peculiar: uma “integração negativa”. Sua característica de incompletude estrutural não é sinal de atraso ou de formas atávicas, mas é parte necessária do moderno sistema produtor de mercadorias: precariedade, informalidade, irregularidade e ilegalidade são condições necessárias para a realização da forma-valor na periferia do capitalismo. As periferias não são índices do atraso ou do arcaísmo das economias subalternas, mas estão intrinsecamente conectadas com o desenvolvimento do padrão capitalista em sua escala planetária – uma simbiótica combinação de padrões arcaicos que garantiram as condições da plena modernização.

Por conta do engate subalterno que as economias dependentes sofreram ao se integrarem na planetarização do capital, a população trabalhadora desses locais esteve sujeita ao regime de superexploração. Como argumentarei, essa superexploração estrutural implicou a organização de certas estratégias de reprodução social da população periférica que passam pela complexa trama da ilegalidade, da informalidade e da precariedade. Esse cenário tende a se agravar no atual contexto em que o sonho de integração social a uma cidadania laboral se desfaz. O desenvolvimento da crise do capital significou o aprofundamento e a generalização da condição periférica (CANETTI, 2020).

Compreender a complexa trama de ilegalismos, informalidades, empreendedorismos e precariedades como elementos importantes da realidade periférica é condição para se investigar uma economia da periferia. Esse tema é hoje cada vez mais relevante diante das transformações estruturais pelas quais o capitalismo vem passando. A população periférica enfrenta essas condições de vida que produzem o caráter nebuloso da reprodução social periférica, o que demanda a mobilização de diversas estratégias para sobreviver na adversidade produzida e reproduzida pelo capitalismo periférico-dependente — em especial num contexto de colapso da modernização. Essas transformações produzem uma certa indeterminação, dificultando o entendimento crítico da realidade, bem como bloqueiam as possibilidades de proposições políticas para a sua superação. É considerando essa realidade que o presente texto visa contribuir para o debate sobre a reprodução social nas periferias brasileiras.

As relações de poder, a dimensão conflituosa e a reprodução material da vida se encontram na periferia em um arranjo muito particular. Tal teia complexa de relações chama a atenção quando consideramos a “gestão diferencial” que é atribuída aos territórios populares, que ora figuram como lugares de potencial desenvolvimento social, ora como territórios da violência e da degradação (FELTRAN, 2014). Apesar dessa “gestão diferencial” destinada aos territórios periféricos, coerente com as especificidades que a constituem, a dinâmica da reprodução social periférica ocorre ainda nos critérios da sociabilidade capitalista. Vale ressaltar, portanto, que, nas periferias, as tensões colocadas nesse território caleidoscópico são, de alguma forma, mantidas coesas pelo dinheiro.

Os diferentes regimes normativos coexistentes se regulam na medida em que “o dinheiro aparece como único modo objetivo de mediar suas relações” (FELTRAN, 2014, p.508).

Esse é o resultado objetivo do desenvolvimento do capital enquanto forma-social total. Ao longo da história da modernidade, essa forma-social logrou transformar toda a existência humana em condição monetária. Nos termos de Kurz (1993), os indivíduos foram transformados em “sujeitos-monetários”. Entretanto, dada a constituição histórica dos países colonizados, parte considerável da população foi barrada de acessar o que almeja dessa sociabilidade. Dessa forma, investigar as formas de reprodução social periféricas implica um processo de compreensão dos meios pelos quais acontece essa integração negativa de grupos populacionais periféricos às dinâmicas do capital.

A partir dos resultados preliminares obtidos por uma pesquisa em andamento em uma periferia de Belo Horizonte, este trabalho objetiva analisar as transformações nas estratégias de sobrevivência da população periférica e apresentar a noção de “reprodução social crítica” como um conceito pertinente para compreender o atual momento da urbanização brasileira. Para a segurança dos meus interlocutores, os nomes próprios dos entrevistados são fictícios e o nome do bairro e de outras localidades serão omitidos. Foram utilizados diferentes procedimentos metodológicos nessa pesquisa de inspiração etnográfica que busca compreender a dinâmica social de reprodução cotidiana num contexto de crise: i) observação direta e participante da rotina de indivíduos e famílias; ii) entrevistas semiestruturadas ou abertas com interlocutores previamente selecionados; iii) conversas informais com interlocutores; iv) levantamento de dados e documentação oficial; v) coleta de documentação formal e informal de interesse.

O bairro em questão abrange uma área periférica de Belo Horizonte (MG). É ocupado por classes populares, mas em diferentes condições. No local convivem, lado a lado, diferentes “formas” de ocupação do espaço tipicamente periféricas: um loteamento público resultado de um processo de ocupação (doravante loteamento); três conjuntos habitacionais construídos pelo poder público para famílias residentes em áreas de risco ou removidas por obras estruturais (conjuntos 1, 2 e 3); uma favela residual da área (favela); e ainda duas ocupações urbanas recentes de sem-teto que autoproduzem seus territórios (ocupação 1 e 2). Todos esses territórios coexistem e são contíguos uns aos outros.

Esse padrão periférico, parece-nos, pode servir como uma maneira de compreender a complexidade interna das periferias, o que nos permite investigar as linhas de fraturas que formam as fronteiras periféricas que separam e, simultaneamente, os processos de homogeneização em curso para, desse modo, refletir sobre a dinâmica de reprodução social.

## **2. O lugar da periferia na urbanização brasileira**

Partindo do contexto denominado de industrialização tardia, o crescimento econômico-industrial brasileiro esteve diretamente ligado à formação das periferias urbanas. Esse padrão de crescimento econômico, baseado na acumulação industrial concentrada nas antigas áreas cafeeiras do centro-leste do estado de São Paulo e no centro-oeste do Rio de Janeiro, só teve a possibilidade de atingir os patamares de competitividade com a instauração de regimes de trabalho de exploração intensa. É o que Chico de Oliveira (2003) chamou de industrialização dos baixos salários. A demanda por habitações para as classes populares aumenta devido ao fenômeno do êxodo rural, que leva à migração para as cidades em busca de trabalho. Entretanto, a maior parte não é absorvida imediatamente pela indústria em vias de consolidação, formando um amplo exército de reserva. A solução empregada, na forma periférica da urbanização adotada no Brasil, foi rapidamente abandonar a construção das vilas operárias. “As empresas transferiram o custo da moradia, conjuntamente aos gastos com transporte, para o próprio trabalhador” (KOWARICK, 1979, p. 35). Generaliza-se, então, a solução periférica: de forma homóloga à industrialização de baixos salários, acontece a urbanização dos baixos salários (MARICATO, 1996), marcada pela autoconstrução da casa, pela ocupação irregular da terra, pela extensão horizontal de bairros sem

urbanização, cuja ocupação é viabilizada pelo precário transporte sobre rodas, indispensável para transportar a força de trabalho. A urbanização dos baixos salários representa, assim, a forma que a classe trabalhadora, empregada ou desempregada, arranhou para continuar na cidade e integrar os circuitos de exploração do capital. As formas “atrasadas” de reprodução garantiram a reprodução do contingente para o exército industrial de reserva e o baixo custo de reprodução da força de trabalho para o moderno sistema produtor de mercadorias. Segundo o argumento de Oliveira (2003), existe uma “simbiose de contrários” entre relações “não modernas” e a modernização. Essa complexa dialética garante a funcionalização das formas arcaicas de reprodução das pessoas para manter os custos da reprodução do trabalho em um patamar muito rebaixado e, em consequência, a economia brasileira em crescimento.

O processo de modernização brasileira se assentou na reprodução de desigualdades sociais históricas (CARDOSO, 2014, p.805). Isso porque inexiste nas periferias a condição de se integrar à totalidade concreta do capital que não seja de forma negativa. Por isso, o próprio desenvolvimento nacional teve de se apoiar na superexploração violenta, na inclusão negativa e na disseminação da precariedade para boa parte da população, mesmo que, cingidamente, o discurso de modernização tentasse apontar para o lado oposto. Essa modernização, promovida pelo desenvolvimento das forças produtivas internas ao Brasil, alavancada por capitais internacionais privados, já se efetivou com tecnologias poupadoras de trabalho vivo no processo produtivo. Essa dispensa de trabalho no interior do processo produtivo está em consonância com a formação negativa do trabalho realizada em território nacional.

A (de)formação do mundo do trabalho brasileiro esteve assentada em superexploração e marginalização para boa parte da população que se urbanizava na segunda metade do século XX. Nesse momento, o processo de territorialização e aclimatação do capital cá nos trópicos dependeu, portanto, de certas práticas para a gestão de uma parcela significativa da população que, supostamente, havia se tornado de sujeitos monetários, mas com as condições de sua existência monetarizada completamente barradas pela própria constituição do mercado. Nesse contexto, a noção de periferia, construída pela sociologia urbana brasileira, cumpre um papel elucidativo importante, afinal, “as periferias urbanas se desenvolveram no Brasil como o lugar dos trabalhadores pobres e o lugar para os trabalhadores pobres” (HOLSTON, 2013, p.197). Diante de uma economia de espoliação (KOWARICK, 1979) e de um mercado de terras altamente restrito (MARICATO, 1979), as periferias afastadas se tornaram as áreas em que trabalhadores pobres e migrantes em busca de emprego conseguiam se estabelecer. E só o conseguiam na base da autoconstrução de barracos em terrenos que quase sempre eram ilegais e não dispunham da maioria dos serviços e das infraestruturas urbanas.

Desse modo, a produção das cidades brasileiras é tributária da imbricação entre “formas velhas e novas” (OLIVEIRA, 2003). A paisagem urbana no Brasil, marcada pelas periferias estendidas, precárias e autoconstruídas, resultante do padrão centrífugo e desigual do espaço das cidades, está em consonância com o lugar que o país ocupa na dinâmica do mercado mundial.

### **3. Crise econômica, crise urbana e transformações na periferia**

Segundo Paulo Arantes (2014), vivemos o fim de um ciclo desenvolvimentista cujo fio condutor amarrou as sucessivas ondas de modernização, de Vargas a Lula, passando por JK e pela ditadura. Essa transformação acompanha o desenvolvimento da estrutura do sistema-mundo capitalista. A associação que existia entre “trabalho” e “progresso”, que garantia a legitimação da modernidade e era o lastro da consolidação da sociedade do trabalho, entrou em uma crise estrutural. Em vez de absorver cada vez mais pessoas sob o manto da inclusão no mundo do trabalho formal, o que observamos é uma separação crescente entre o avanço técnico e a capacidade de absorção de força de trabalho (KURZ, 1993). A elevação da composição orgânica do capital produz um enorme excedente populacional, que não é mais mobilizável para os fins da produção – configurando não mais uma população excedente relativa, mas absoluta (CANETTI, 2020). Trata-se de um indelével “colapso da modernização”, na expressão de Kurz

(1993), resultado da combinação entre desenvolvimento das forças produtivas, racionalização da produção, salto de produtividade e ficcionalização de um dinheiro sem valor. Segundo o autor, a principal fonte de sofrimento na aurora do século XXI — que vem se confirmando ano após ano — não é a exploração capitalista do trabalho nem a experiência inautêntica de um consumo dirigido. Na verdade, é a ausência de ambos. Em suas palavras, “o sistema da mercadoria moderna chegou ao fim, e com ele a subjetividade burguesa do dinheiro, porque esse sistema, na área da produtividade, passou de seus próprios limites e já não consegue integrar a sua lógica à maioria da população mundial” (KURZ, 1993, p.197). Todavia, é preciso pontuar: chegar ao fim não significa terminar por completo. É possível a perpetuação da sociabilidade colapsada, reproduzindo-se, *ad infinitum*, num cenário ruiforme, soterrada pelos escombros do que uma vez foi o sonho da modernização.

A sociabilidade periférica, apesar da limitada inclusão no emprego, era estruturada pela ideia legitimadora do trabalho. A coesão interna da vida social na periferia era dada pela coesão que o trabalho (ou sua expectativa) propiciava. No entanto, argumenta Feltran (2011, pp.32-33), o contexto dos anos 1990 e começo dos anos 2000 indicou uma crise generalizada: “crise do emprego formal, do trabalho, do projeto de ascensão social, dos movimentos sociais, da família, todas vinculadas, em negativo, ao crescimento da criminalidade violenta”. Trata-se, recordemos, da lógica de desagregação discutida por Schwarz (1999). Para a geração dos anos 1990, essas crises, escreve Feltran, já eram parte constitutiva da realidade experimentada e conformavam os modos de vida, obrigando a uma “atualização” das formas de sobreviver na adversidade, levando à complexificação dos regimes normativos.

A noção de trabalho que lastreava ao menos as expectativas de inclusão passou a ruir rapidamente no Brasil, levando a uma reconfiguração das alternativas de reprodução social nas periferias (FELTRAN, 2011), já que essa população, ainda que nunca tivesse sido realmente incluída nas tramas da acumulação capitalista, mantinha suas expectativas aderidas a esse processo. Como revela Roberto Schwarz (1999, p.194), “nos anos 80 já ficava claro que o nacionalismo desenvolvimentista se havia tornado uma ideia vazia, ou melhor, uma ideia para a qual não havia mais dinheiro. [...] O nacional-desenvolvimentismo entrava em desagregação – e começava o período contemporâneo, que para os efeitos deste seminário poderíamos chamar de nosso fim de século”. Depois de sucessivas rodadas de modernização forçada e de inclusão negativa, formou-se um exército de “ex-proletários virtuais, disponíveis para a criminalidade e toda sorte de fanatismos” (SCHWARZ, 1999, p.196).

O derretimento do projeto de desenvolvimento, que contaminou a sociedade “de alto a baixo”, entrou em um novo momento específico, conforme Schwarz (1999, p.197), “essencialmente moderno, cuja dinâmica é a desagregação”. Essa lógica de desagregação produz efeitos no conjunto da sociedade. O trabalho não é mais regulado pelo horizonte de expectativas da formalização. Agora se trata de um “trabalho sem forma” (OLIVEIRA, 2003). Essa nova característica reconfigura o mundo do trabalho. Algo dessa transformação já havia sido previsto por Francisco de Oliveira (2003, p.136), ao afirmar: “conjunto de trabalhadores é transformado em uma soma indeterminada de exército da ativa e da reserva, que se intercambiam não nos ciclos de negócios, mas diariamente.”

Mesmo num momento de otimismo, um governo democrático e popular, como o que se estabeleceu durante os anos “petistas” no Brasil, teve de se haver com tal esboroamento. Nesse período, apesar da histórica formalização do emprego e da baixa recorde na taxa de desemprego (4,6% em dezembro de 2012), olhar somente para esses dados nos faz perceber erroneamente a questão. A sociologia do trabalho, mesmo aquela mais assentada no marxismo tradicional, é elucidativa nesse aspecto. Quase 95% dos novos empregos criados na primeira década do século XXI não ultrapassaram 1,5 salário-mínimo (POCHMANN, 2014). Em 2014, quase a totalidade dos novos postos de trabalho estavam nessa faixa de renda (BRAGA, 2017). Nessa mesma década, a taxa de rotatividade do trabalho aumentou cerca de 10%, em especial entre aqueles que ganhavam menos. A maioria desses empregos foi gerada no setor de serviços, especialmente

aqueles mais precários (ANTUNES, 2018, p. 156). A classe trabalhadora brasileira, mesmo com o *boom* de criação de empregos formais, isto é, no breve interregno entre 2004 e 2008, continuou oscilando entre o improvável acesso a um emprego estável e a inevitável viração.

Os inempregáveis devem “se virar” de toda forma possível e imaginável para se reproduzirem. Vivem de todos os tipos de trabalho marginal, informal, frequentemente à margem da legalidade e, não raro, expostos a toda sorte de periculosidade. “O ponto é que a maior parte desses pobres não é realmente explorada no sentido pleno do capitalismo. O que não significa absolutamente reconhecê-los. Mas o capital não os quer. Se eles fossem explorados, estariam em situação melhor” (SCHWARZ, 2019, p. 123). Esses pobres não são nem potencialmente trabalhadores. O capital não tem possibilidade nem intenção de incorporá-los. Para a reprodução desses grupos, diferentes estratégias de sobrevivência e reprodução são mobilizadas.

#### 4. O território de estudo<sup>2</sup>

O bairro que foi objeto da pesquisa mencionada se localiza numa área de expansão periférica da capital mineira. Até meados dos anos 1970, a ocupação era rarefeita. Ele foi criado como um loteamento público, mas com uma história muito particular (loteamento). Moradores de áreas de risco e pessoas que realizaram uma ocupação de terra no município foram cadastradas e contempladas pela política habitacional com um lote com casa construída nesse bairro. Entretanto, entre o cadastro, a alocação das pessoas no território e a construção das casas existiu um hiato, de forma que essas pessoas foram deixadas num estado de suspensão. Em 1990, foram deslocadas para o futuro loteamento, sem que existisse infraestrutura nem casas construídas para recebê-las. A prefeitura distribuiu lonas e madeirite para a população cadastrada, que organizou a ocupação da área destinada para o loteamento, contando com a chegada da política pública. Em uma favela próxima, a notícia de um loteamento público correra. Ouvia-se que a prefeitura estava “dando casas” para a população. Assim, outras pessoas, que não estavam cadastradas nas políticas habitacionais para serem contempladas e viviam de aluguel nesse território popular, acreditaram que bastaria dividir a ocupação com aqueles recém-chegados. Por sua conta e risco foram para a área e construíram suas barracas.

Enquanto a prefeitura construía as casas e urbanizava os lotes, mais pessoas afluíram para a região, o que parece ser um forte indicativo de uma imensa demanda reprimida que passou ao largo dos burocráticos credenciamentos da política habitacional. Quando o plano inicial foi concluído, muitas pessoas sobraram, ainda morando em madeirites e lona. No curso das obras, foram sendo realocadas numa área ao sul do loteamento público, próxima a uma vertente que termina em um fundo de vale. Essa população não foi contemplada pela política habitacional e continuou residindo nessa área (favela).

Em 1997, ocorreu um incêndio no local e muitas famílias perderam absolutamente tudo. O fogo começou com um “gato” de eletricidade malfeito, que, num curto, incendiou primeiro o apertado cômodo de uma família. O fogo se alastrou rapidamente nas precárias habitações, adensadas e constituídas de materiais extremamente inflamáveis. Depois do incêndio, as famílias que haviam ficado sem nada não tinham para onde ir e reconstruíram seus barracos na mesma localidade. A favela existe até hoje.

Na virada dos anos 2000, a prefeitura realizou a construção de três conjuntos habitacionais de interesse social na área. O primeiro desses conjuntos (conjunto 1), finalizado em 1998, foi construído com casas geminadas. Foram 120 unidades habitacionais produzidas, organizadas em sete quadras. No final do mesmo ano, foi entregue mais um conjunto de interesse social. Tratava-se de um empreendimento de quatro andares em forma de “H”, que abrigava 16 unidades

---

<sup>2</sup> Esta seção foi construída tendo por base os relatos dos nossos interlocutores. Como já foi dito, não nomeamos a localidade e os nomes das pessoas são fictícios a fim de preservar seu anonimato e, dessa forma, garantir segurança aos parceiros e às parceiras da pesquisa.

(conjunto 2). Em 2003, foi produzido um prédio semelhante pela política habitacional municipal com as mesmas características tipológicas e construtivas (conjunto 3).

Apesar da aparente presença da política pública municipal na área, existe uma demanda por moradia muito grande. As pessoas continuam pressionando o poder público por habitação. As principais lideranças da área de estudo atuam nessa pauta.

Foi nesse contexto que nasceu, em 2011, uma ocupação na área (ocupação 1). A ocupação foi realizada por famílias que viviam em situação de déficit habitacional, a maioria dependendo mais de 30% da renda mensal com o aluguel em casas da região. Essa ocupação é vizinha à área favelizada, e encontra-se num fundo de vale bem encaixado. Por conta das características físicas da área, a densidade de construções é elevada. Existe um elevado risco na ocupação, pois em épocas de chuva as vertentes ficam encharcadas e o fundo de vale sofre com recorrentes alagamentos. As famílias residentes nessa área são as mais pobres e vulneráveis. Algumas construções, mesmo depois de dez anos, ainda não estão finalizadas e convivem com materiais improvisados, como madeirites. No último cadastro realizado pela prefeitura, encontravam-se na área 160 domicílios, com cerca de 500 pessoas residentes.

Em uma área próxima, encontra-se outra ocupação, iniciada em 2013 (ocupação 2). Ela aconteceu em virtude da precariedade habitacional em que as famílias viviam. O terreno, uma das últimas áreas verdes de Belo Horizonte, foi sendo ocupado pelas famílias. Embora o início da ocupação tenha sido lento, com famílias abrindo caminho por conta própria no terreno e construindo seus barracos, quando a notícia correu os bairros, a ocupação teve uma explosão. Rapidamente cresceu e chegou a mais de 600 famílias vivendo na área. E continuou crescendo, com outras que surgiram na região, configurando um imenso conflito fundiário na capital mineira. Atualmente, estima-se que mais de 2.000 famílias vivam na área.

Como descrito, é possível observar na área de estudo diferentes realidades superpostas umas às outras. Trata-se de uma região de grande complexidade social, abrangendo diferentes formas de moradia, modos de reprodução da vida e dinâmicas cotidianas. Embora toda a área seja considerada uma “periferia” da capital mineira, ressaltam-se aqui as diferenças internas.

## **5. Estratégias de sobrevivência em um território periférico**

As seções seguintes apresentam cinco histórias de vida dos nossos interlocutores. São histórias que narram experiências de como se reproduzem cotidianamente e mobilizam diferentes estratégias de sobrevivência num cenário de adversidade e precariedade. Para fins de exposição, escolhemos ressaltar aspectos pontuais de cada uma das histórias. Não se trata de reduzir a experiência desses sujeitos periféricos ao que está relatado aqui, mas de apontar algumas considerações que emergem dos relatos compartilhados. Esses pontos fazem parte do que chamamos de “estratégias de reprodução social crítica” e parecem indicar processos mais amplos e generalizados que se replicam nas periferias. Importa ressaltar também, como discutiremos a seguir, que muitas vezes esses processos estão profundamente relacionados e implicam estratégias individuais, construções coletivas, formas de gestão da precariedade, inserção em políticas públicas. Essa múltipla imbricação e sobreposição indica que o repertório de formas de reprodução social em contextos periféricos é mobilizado conforme a situação.

### *5.1. A história de Márcia*

Logo na entrada do terreno em que hoje existe a maior ocupação da área, lê-se em uma faixa presa em um muro: “Igreja Pentecostal da Comunidade Cordeiro Forte – cultos segunda, quarta, sexta e domingo, às 19:30”. A responsável pela igreja é a pastora Márcia, mulher negra de 50 anos. A igreja Cordeiro Forte não pertence a nenhuma denominação, mas ela diz, com orgulho, que segue todos os pastores e pastoras das grandes igrejas brasileiras. “Posso aprender muito com eles e, assim, repassar esses ensinamentos para o meu rebanho”, diz Márcia. Ela é casada com um homem com quem divide o pequeno barraco, além dos três filhos.

Márcia possui um sorriso aberto e é sempre muito emotiva. Atenta à conversa, faz trejeitos frequentes com a mão e com o rosto, indicando seu interesse no tema. Ela nos recebeu em sua casa para a primeira conversa. Muito rapidamente, Márcia contou de sua vida e de como foi seu “chamado” para o ministério de Cristo.

Eu estava muito triste, tinha perdido o emprego, estava com o nome sujo e o meu [filho] mais velho envolvido com o tráfico. Eu não sabia mais o que fazer. Então uma amiga me levou para uma igreja evangélica. Eu, assim, era religiosa, de família religiosa mesmo, católica e tudo, mas eu nunca tive muito tempo de ir na igreja. Então essa minha amiga veio lá em casa e me disse assim – você vai comigo, sim, vai ver se você gosta. Então eu fui, né? Minha vida foi entrando nos eixos. Foi quando eu vi essa coisa de ocupação. Eu e meu marido estávamos apertados, endividados, pagando aluguel, e resolvemos tentar a sorte aqui. E aí eu vi que Deus tinha um plano para mim (Márcia, moradora da ocupação 2).

A literatura sobre o fenômeno (neo)pentecostal no Brasil ressalta a importância do testemunho (CÔRTEZ, 2017). Trata-se de uma forma de experiência religiosa que parte da história de vida dos indivíduos para garantir seu funcionamento. A centralidade da religiosidade evangélica está na comunicação de uma história de vida que envolve, via de regra, a superação de um passado infame. Assim, a história de Márcia, que convivia com muitas dificuldades, é interpretada como a prova da ação divina que colocou a vida novamente nos eixos. Com a entrada na ocupação, a família conseguiu economizar e seu marido encontrou um emprego fichado em um açougue na região. “Graças a Deus”, repete Márcia a cada instante de seu relato.

Foi a partir desse momento – comenta Márcia – que ela entendeu que deveria atender ao chamado e “levar a palavra para a comunidade”. Organizou-se então com seu marido, que a apoiou desde o princípio. Ela manteve durante um tempo seu emprego como diarista e com parte da renda familiar mantinha com disciplina rigorosa uma caixinha para a construção do cômodo extra que funciona como o salão da Igreja.

Márcia não abriu mão do seu trabalho em um primeiro momento. Ela conjugava faxinas na área central de Belo Horizonte com a condução de orações e grupos de estudos bíblicos. Falou que não tinha muita ideia do que estava fazendo, mas se sentia apta a fazer: “Era algo como se nem eu soubesse o que falar e, de repente, as palavras iam saindo da minha boca e davam acolhida para quem precisava”. Havia outras igrejas pentecostais na região e até mesmo na ocupação, mas como Márcia era tida como uma “batalhadora” por seus vizinhos e alguém com quem todos podiam contar, sua igreja foi se tornando cada vez mais movimentada. Ela comentou que no seu grupo de orações havia pessoas de dentro e de fora da ocupação: “Sim, eles vêm aqui porque é como se fosse uma família. Aqui todo mundo é muito bem-vindo e se sente em casa, em casa mesmo”.

Atualmente, Márcia já não trabalha como diarista. Seu marido foi promovido e recebe um salário melhor. Ela então decidiu se dedicar integralmente às atividades da igreja. Recebe dos seus fiéis contribuições financeiras ou produtos, que usa na manutenção de sua casa. Aproveitando também os contatos que estabeleceu com a zona sul da capital mineira em sua época de diarista, consegue doações para “fazer solidariedade”, na expressão que ela utilizou.

Sabemos que tem muitas pessoas que passam por necessidades, necessidade mesmo, aqui no bairro. Gente muito, muito, muito pobre, sem nada. A igreja costuma ser onde essa pessoa sem nada pode encontrar um pouquinho. Nós não temos muito com o que compartilhar materialmente, mas a gente ajuda, assim, psicologicamente, dá uma força para as pessoas continuarem. A igreja é isso, um apoio moral, não, não só moral, mas um apoio mesmo. A pessoa, primeiro, tem que acreditar em Jesus, e Jesus acredita nela, e ela vai ter força para conquistar seus objetivos, para melhorar de vida. Na minha visão é assim que a igreja aqui funciona (Márcia, moradora da ocupação 1).

São muitos aqueles que não possuem nada e vivem em situação de penúria. A ação de Márcia de “fazer solidariedade” aparece com uma importante função dentro da comunidade. Muitas pessoas dependem de iniciativas como essa para sobreviverem. Como Ribeiro (2017) esclarece, as igrejas

(neo)pentecostais organizam formas de satisfazer necessidades objetivas entre os seus membros, como grupos com informações e indicações de emprego, doação de alimentos e remédios, ou ajuda financeira direta para pagar certas contas, como uma “circulação de benefícios” que só se constitui por intermédio dos vínculos estabelecidos internamente com a Igreja.

## 5.2. A história de Maria e Isa

Mãe e filha nos receberam no cômodo onde trabalham, entre panos, peças de roupas esperando conserto e máquinas de costura. Ambas as mulheres negras são “batalhadoras”, como se definem. Trabalham muito e ganham pouco.

Maria, a mãe, 57 anos; e Isa, a filha, 24, são moradoras do bairro há muito tempo. Maria mora na região desde 1990, foi uma das beneficiárias da política habitacional. Ela trocou de casa no loteamento público algumas vezes: vendeu a sua para comprar outra, e depois trocou de casa novamente.

Elas trabalham juntas. A mãe é “pilotista”, trabalha com a máquina; a filha é “arrematista”, responsável por finalizar as peças. Maria já tinha costume de trabalhar com costura desde que desempenhou um serviço de doméstica nos anos 1980. Fez curso e trabalhou em lojas especializadas, até ser despedida em 2003 e virar autônoma.

Seu trabalho no conserto de roupas garantiu uma certa condição para a família – mesmo que vivendo com certa precariedade na periferia, ela ressalta que “nunca faltou nada” para sua família. Não são todos que podem ostentar esse orgulho. Observamos que o fato de ter tido a oportunidade de fazer um curso e trabalhado em lojas especializadas permitiu a Maria conquistar um repertório de técnicas que lhe garantiu o sustento de sua família. Importa, na verdade, já perceber que desde 2003, quando virou autônoma, Maria já “dependia” de uma certa capacidade para o empreendimento.

Isa, assim que se formou no ensino médio, buscou trabalho. Sua vida no mundo do trabalho foi marcada por interrupções e pela alta rotatividade característica. Nos últimos anos, trabalhou como caixa de supermercado num bairro da zona sul de Belo Horizonte, mas foi despedida. Atualmente, faz um curso profissionalizante no Sebrae com o objetivo de empreender:

Eu estava com um projeto de abrir uma loja. Ela produzindo as roupas, porque ela sabe fazer de tudo, e eu vou vender. Só que igual eu falei, vou esperar eu voltar a trabalhar, pelo menos uns 4... 5 meses pra gente ter um capital de giro, porque a gente precisa ter capital de giro. Aí eu estou fazendo uns cursos no Sebrae, como é que fala, é .. empreender... aí eu estou fazendo. Igual eu falei com minha mãe, de pouco em pouco a gente vai indo (Isa, moradora do loteamento).

A presença do discurso do empreendedorismo é recorrente nas periferias brasileiras (TOMMASI, 2013; ABÍLIO, 2021; COSTA, 2022). Trata-se de uma forma de mobilização da força do trabalho num contexto de uma “vida sem salário” (DENNING, 2010). Em uma ampla pesquisa etnográfica nas periferias paulistanas, Henrique Costa (2022) demonstra que o termo funciona como uma “categoria nativa”, isto é, usa-se a noção do empreendedorismo para explicar as próprias práticas, profundamente incorporadas ao cotidiano da periferia brasileira, como podemos constatar no relato de Isa. “O trabalho por conta própria e o empreendedorismo são maneiras de ganhar a vida que conformam uma versão popular contemporânea do individualismo” (COSTA, 2022, p.2). Estudando o caso do Rio de Janeiro, Livia de Tommasi (2013, p.197) percebeu que o empreendedorismo periférico significou uma forma de pacificação das favelas cariocas.

Empreender, portanto, é uma forma de sobreviver numa realidade marcada por despossessão e expropriação, ao mesmo tempo em que se continua dependente do mercado. Para tanto, é preciso lançar mão de diferentes expedientes, de formas incertas, imprevisíveis e fora dos marcos do assalariamento: viração, correria, bicos, frilas são algumas das expressões dessas situações de transitoriedade que muitos passam para sobreviver. Em adição, deve-se perceber que o empreendedorismo traz embutido em seu funcionamento uma “utopia de liberdade” (COSTA,

2022) que funciona como um mecanismo compensatório diante das inúmeras “batalhas” (também uma categoria nativa) que sujeitos periféricos enfrentam cotidianamente.

Maria e Isa tiram R\$ 500,00 mensais do seu trabalho com a costura, prestando serviço de pequenos reparos. Elas contam com um auxílio emergencial e com a ajuda do outro filho de Maria, que trabalha em uma mecânica de motos. A expectativa de Isa é que iniciar um empreendimento pode ser uma oportunidade importante: “Mas vender, já fazer para fabricar e pôr na loja para vender, acho que vai mudar muita coisa”.

### 5.3 A história de Dona Livia

Dona Livia é uma mulher negra idosa. Seu corpo é franzino e aparentemente frágil. Possui uma fala pausada e cansada. Ela mora em uma casa geminada em um dos conjuntos habitacionais da área.

A habitação costumava seguir um mesmo padrão. Todas as unidades eram iguais: uma casa de dois quartos. Entretanto, ao longo de duas décadas de moradia, cada casa já foi completamente modificada. Mal parecem ter sido concebidas como casas geminadas, tamanha a diferenciação entre cada unidade habitacional.

A casa de Dona Livia é uma dessas. Pouco tempo após residir no local, seu marido construiu um muro “cercando” a área de frente da casa. Em seguida, eles começaram a construir um segundo andar, para a filha que acabava de se casar. Anos mais tarde, na virada de 2008 para 2009, construíram um barracão de fundo para alugar, com uma entrada independente.

Uai meu filho, foi assim mesmo... devagarzinho. Qualquer dinheiro que sobrava, nós guardávamos. Graças a Deus, meu marido tinha um trabalho mais ou menos estável, né? Ele era pedreiro e ganhou até bem. Tinha mês que tirava dois e quinhentos. E aos pouquinhos ele mesmo foi construindo um segundo andar e o barracão de fundo. E agora eu alugo. Ele é menor que aqui em casa, tem só um quarto, uma sala e um banheiro (Dona Livia, moradora do conjunto habitacional 1).

Hoje, a filha se mudou e a “casa de cima” também está alugada. São habitações pequenas e precárias: a de cima é um quarto-sala-banheiro, onde foi adaptada uma varanda para receber a entrada independente; o barracão de fundo é também um quarto-sala-banheiro, mas de dimensões ainda menores. Ambos estão alugados e Livia consegue cerca de R\$ 700,00 mensais pelos aluguéis.

Vemos, nesse caso, a mobilização da propriedade, acessada pela política pública, para a garantia de renda para a família. Como relata nossa interlocutora, esse “dinheiro ajuda no final do mês”, ainda mais agora que vive sozinha, com a filha morando em outra cidade e viúva: o marido faleceu há três anos.

As unidades de fundo e de laje são, geralmente, alugadas por famílias formadas por jovens casais com filhos. Esses casais não possuem condições de comprar um imóvel próprio ou mesmo estão impossibilitados de construir a casa própria por conta dos rendimentos diminutos, que restringem as opções, o que os obriga a morar de aluguel. Geralmente, as famílias inquilinas possuem um padrão de rendimento inferior ao das famílias locatárias. Do ponto de vista das famílias locatárias, o aluguel é uma importante fonte de renda para o sustento da família. Essa é uma realidade antiga das periferias brasileiras. Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1979, p.67) demonstram que “grande parte dos trabalhadores não possui condições para a compra de um lote e para a edificação”. Instaura-se nas periferias, dessa maneira, um mercado de aluguéis (em geral, um mercado informal), com destacada importância na dinâmica da reprodução social dessas pessoas. Do ponto de vista do proprietário periférico, que constrói casas para alugar, essa é “uma das únicas e a mais frequente forma de investimento possível, dentro de suas possibilidades, que acrescenta uma renda suplementar ao seu salário e que não está sujeita a oscilações existentes devido à instabilidade no emprego” (BONDUKI; ROLNIK, 1979, p.68).

### 5.4. A história de Juliano

Juliano é um jovem de 22 anos. Negro, com cabelos raspados, muito alto e magro, veste-se de maneira discreta. É morador da ocupação que se encontra no fundo de vale, descrita anteriormente. Juliano é um jovem tímido. Em nosso primeiro encontro, respondeu às perguntas de forma monossilábica.

Seus avós vieram do interior, e seus pais são nascidos em Belo Horizonte. O pai trabalhou como porteiro, mas está desempregado há seis anos. Sua mãe sempre trabalhou como diarista e, embora “muito disposta, nem sempre arruma trabalho”, que é irregular. Atualmente, a família conta com a renda que Juliano consegue no trabalho fichado que desempenha na área central de Belo Horizonte, um salário mínimo, além do auxílio emergencial de R\$ 600,00. Ele conta que a situação é muito difícil. Em nossa primeira conversa, dedicamo-nos a falar da história dessa ocupação e de sua família.

Entretanto, a história de Juliano interessa aqui por elementos que surgiram na segunda entrevista. Quando foi perguntado sobre como entendia os meios de sustento dos jovens na região em que mora, ele respondeu: “Uai, no *corre*, né?”. O *corre* a que ele se refere é o tráfico de drogas varejista.

As atividades criminais, como se sabe, figuram como uma alternativa relativamente recorrente para a obtenção de renda e melhora do padrão de consumo desses sujeitos periféricos, em especial para uma parcela dos homens jovens (FELTRAN, 2011; HIRATA, 2017; BERALDO, 2022). Juliano comenta que o tráfico de drogas na região chega a pagar R\$ 130,00 por dia de trabalho, se for um dia movimentado no varejo, com muitas vendas e “sem maiores dores de cabeça”. Ele mesmo faz os cálculos:

Olha só: eu estou trabalhando aqui todo dia, oito horas por dia e tiro R\$ 1.200 reais, um salário-mínimo. E eu sei que tem muitos por aí que não conseguem nem isso, que tão fazendo mil bicos e não tiram um salário, que estão praticamente pagando para trabalhar. Agora olha, um cara que está no corre pode tirar isso em questão de o quê? Dez, doze dias? É claro que quem tem a cabeça fraca vai escolher esse caminho (Juliano, morador da ocupação 1).

Juliano reconhece que o *corre* aparece como uma estratégia para sobreviver na adversidade. O *mundo do crime* é, portanto, uma forma concreta de a população periférica sobreviver, em especial num contexto de crise. O trabalho de Gabriel Feltran (2011) nas periferias de São Paulo demonstra isso<sup>3</sup>. O autor, em suas inserções etnográficas, percebe a expansão do mundo do crime como uma referência social nas periferias decorrente de uma profunda transformação: o que funcionava como pilar fundante da dinâmica social das periferias em seu período de formação, nas décadas de 1970 e 1980, ruiu. As periferias eram estruturadas pela categoria trabalho, pelas ações coletivas populares, pela dominância da moral católica, pela centralidade da família e pela perspectiva de ascensão social de seus membros. Todas essas esferas mantinham a coesão interna desses ambientes e se confrontavam com o mundo do crime. Entretanto, atravessa-se um momento de crise – crise do emprego formal, do trabalho, do catolicismo, do projeto de ascensão social, bem como dos movimentos sociais – dentro da qual o modo de vida dos jovens foi conformado: o trabalho é incerto, e, quando há, é precário. Dessa maneira, as saídas criminosas parecem mais plausíveis e o regime normativo do mundo do crime mais aceito, pois é uma alternativa de reprodução social para os sujeitos periféricos.

Embora Juliano reconheça que os provimentos advindos do tráfico façam a diferença para o sustento de uma família na periferia de Belo Horizonte, ele diz que “não tem cabeça para isso”: “Claro, todo mundo já pensou em fazer um corre ou outro, né?”

Os trabalhadores do tráfico possuem uma baixa expectativa de vida. Três meses antes da nossa primeira entrevista, o chefe da boca local havia sido assassinado com nove tiros e a situação ainda não havia sido resolvida, com alguns conflitos acontecendo na disputa dos espólios. Juliano relata

<sup>3</sup> Contudo existem consideráveis diferenças na forma de estruturação do mundo do crime em São Paulo e em Belo Horizonte. Em São Paulo, o crime é organizado pelo PCC; em Belo Horizonte, é mais fragmentado em gangues de dimensões reduzidas que competem entre si no mercado varejista de drogas e na demonstração de força e poder. (BERALDO, 2022)

que esse confronto entre os “meninos do corre” resulta, não raro, em “dor de cabeça para nós” – imaginamos que ele se refira aos trabalhadores. Quando questionado como ocorre essa relação entre dois mundos, ele responde, novamente de forma monossilábica: “Uai, na tensão, né?”. Ainda que sejam duas realidades organizadas por regimes normativos díspares, na periferia eles estão imbricados por uma questão objetiva. Muitas vezes, o mundo do crime e o mundo do trabalho se encontram debaixo do mesmo teto, numa convivialidade repleta de tensão.

“Todo mundo sabe quem é quem” – assevera nosso interlocutor. “É fácil sacar quem está no corre e quem é trabalhador”. São fronteiras que separam, mas, como é da natureza das fronteiras, são constantemente atravessadas.

### 5.5. A história de José Paulo

O senhor José Paulo, 64 anos, recebeu-nos em sua casa com entusiasmo. Usava uma camisa azul com a bandeira do movimento do qual faz parte bordada no bolso esquerdo. Imigrante paraibano, morou em Contagem, em São Paulo, no Rio de Janeiro e, agora que se aposentou, fixou-se em Belo Horizonte. O movimento do qual faz parte é de atuação nacional. Ele conheceu a casa onde mora atualmente ao visitar um companheiro de movimento que havia participado das primeiras ocupações que deram origem ao cadastro que virou o loteamento público da área.

Quando comprou a casa do seu companheiro, em 2013, José Paulo já conhecia a base do movimento e onde atuaria politicamente. Ele comenta que as conquistas na melhoria das condições de vida da população foram alcançadas pela atuação do movimento popular. Segundo ele, o bairro é, hoje, bem servido de infraestrutura. Ele completa: “fruto de muita luta, não foi fácil para chegar até aqui”.

A ação coletiva dos movimentos populares é uma estratégia conhecida no Brasil e muito importante no processo de urbanização brasileira (CALDEIRA, 2017; HOLSTON, 2009). Por intermédio de mobilizações populares e de ações políticas (de diferentes formas), os pobres urbanos conquistam direitos e tornam melhores suas condições de vida. Ônibus, água e esgoto encanados, energia elétrica, asfaltamento, além dos equipamentos públicos, como escola, posto de saúde, centro de referência da assistência social, entre outros, são importantes elementos para garantir a reprodução. O debate contemporâneo anglófono chama a atenção para o papel da infraestrutura na produção do espaço urbano (ADDIE *et al*, 2019; HALL, 2020). Os movimentos sociais, portanto, desempenham papel fundamental no provimento das “redes materiais que facilitam a circulação de pessoas, bens, energia, água, resíduos e informações (ADDIE *et al*, 2019, p.10), garantindo, assim, as condições efetivas para o melhoramento das condições de vida da reprodução social.

As estratégias são variadas: pressão na prefeitura, com longas marchas até a região central; abaixo-assinados; reuniões com secretários e representantes do poder público. Com essa pressão, é possível conquistar as melhorias do local. Entretanto, é importante ressaltar que essa relação não ocorre sem conflitos. Em entrevista para a pesquisa, uma técnica da Assistência Social da Prefeitura relatou que os primeiros contatos da política de assistência não são bem-sucedidos porque existe muita desconfiança em relação ao poder público – e se confundem, com frequência, suas instâncias: a polícia, que realiza o despejo; e a assistência social, que atua na promoção de direitos.

Além da relação com o poder público, José Paulo ressalta que a presença dos movimentos sociais tem maior abrangência do que cobrar infraestrutura. Ele mesmo oferece curso de manutenção em mecânica e eletrônica gratuitamente para jovens da região: a contrapartida necessária é participar das reuniões de formação política que ele também conduz na garagem de casa. Com outros moradores da região, José Paulo coordena os trabalhos numa horta compartilhada onde são plantados diversos alimentos: mandioca, jaca, feijão, amendoim, além de hortaliças. Segundo o militante, isso tem a função de colaborar na criação de um senso de comunidade entre os

envolvidos, fortalecendo a consciência de classe e a solidariedade em momentos de crise, como a que ocorreu durante a pandemia.

A presença do movimento, portanto, pode ser compreendida como uma forma de garantir a reprodução social em áreas periféricas, o que possui uma enorme importância. A atuação dos movimentos sociais parece garantir às famílias periféricas uma forma de acessarem condições de vida por meio de diferentes estratégias, mobilizando diferentes recursos, mas, em geral, dependendo da associação coletiva. Até hoje esse dispositivo de organização para garantir o mínimo para a reprodução social é uma estratégia mobilizada.

#### 5.6. *A história de Cristina*

Cristina é uma senhora negra. Sua idade avançada e uma existência cercada por intempéries acabaram reduzindo sua mobilidade e agora ela depende de uma cadeira de rodas que manobra com dificuldade na casa apertada em que vive com um filho, uma filha e o neto. Muito solícita, Cristina nos recebeu em sua casa com uma alegria enorme. Estava disposta a contar sua vida.

Compartilhando suas histórias, Cristina esclareceu que vive com uma aposentadoria da LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social). Foi aposentada por invalidez permanente – sua pressão estava descompensada há anos e desde 2013 desenvolveu um problema de locomoção. Ela tentou diversas vezes ser contemplada com o benefício: “Eu já tinha tomado pau na perícia. Três vezes, você acredita? Aí eu já tinha até desistido, eu não ia mexer com isso mais”. Então, José Paulo, o interlocutor militante de movimento social, arranhou um advogado para Cristina e foi dada entrada em seu processo. Ela recebe hoje um salário mínimo por mês. Finalmente, foi contemplada. É com esse recurso que Cristina sustenta sua família.

Entretanto, ela própria confidencia que quase não consegue arcar com todos os custos, afinal, tanto o filho como a filha estão sem renda no momento. Seu filho trabalha com “bicos” em organização de festas e sua filha está cuidando de um recém-nascido e não conta com a ajuda do pai da criança. Recentemente, Cristina lembra, com certo tom de comemoração e gratidão, que seu domicílio foi contemplado pelo Auxílio-Brasil: “Minha filha foi lá no CRAS e pediu o cadastro. E aí, agora a gente recebe o auxílio. Foi por conta da pandemia, né? Esse dinheiro ajuda demais aqui em casa”.

Continuando sua conversa, Cristina compartilha: seu marido havia falecido há menos de dois meses. Sua voz, que estava animada, tornou-se embargada quase instantaneamente. “Ele está deixando uma pensão, né?” – disse. Em caso de morte de um segurado do INSS, é possível receber uma pensão que corresponde a 50% do salário mínimo vigente. Esse valor pode ser acumulado com o benefício da aposentadoria por invalidez. Cristina reconhece que a pensão, embora ainda não a receba, ajudará muito para garantir as condições de reprodução da família.

Ainda que esteja em curso um profundo processo de desinvestimento público na constituição da renda social acessada pela população em situação de pobreza (KATZ, 2019), o caso de Cristina demonstra a importância que esse tipo de recurso advindo do fundo público desempenha na reprodução material de grupos vulnerabilizados. Contudo, vale ser destacado que o modelo da assistência social no Brasil vem indicando um duplo processo de monetização da proteção social e de bancarização dos pobres (BENZAQUEN, 2022).

Após a visita a Cristina, fomos até o Centro de Referência da Assistência Social do bairro. A coordenadora nos recebeu e contou que a regularização e atualização do CadÚnico, ferramenta que garante a inclusão do indivíduo nos benefícios sociais, é, de longe, a principal demanda que o CRAS recebe. “Às vezes recebemos mais de oitenta pessoas com essa demanda, e nosso corpo técnico não dá conta de atender todos” – destaca ela. São raras as vezes em que a capacidade do CRAS consegue ultrapassar quinze atualizações de cadastro por dia. A diferença entre a demanda por atualização e a capacidade do CRAS de processá-las parece dar a dimensão do papel que esse tipo de recurso desempenha na dinâmica de reprodução social desses territórios.

## 6. A reprodução social crítica nas periferias

As histórias de vida compartilhadas aqui indicam diferentes estratégias de reprodução social num contexto de “vida sem salário” (DENNING, 2010). Trata-se de diferentes estratégias não apenas para a reprodução biológica da força de trabalho (tanto geracional quanto diária), mas da transmissibilidade de certas práticas sociais que reforçam as divisões expressas na sociedade. Como destaca Katz (2019, p.440), a reprodução social permite compreender diferenças internas às classes sociais, demonstrando que os tipos de reprodução social dependem de diferenças no interior da divisão social do trabalho ou das diferenças de gênero.

Como visto, a sobrevivência na adversidade da periferia brasileira depende da composição e complementação de diferentes estratégias. Em geral, essas estratégias obrigam o indivíduo a se deslocar por diferentes regimes normativos. Nos dizeres de Vera Telles (2011, p.163), trata-se de uma “arte do contornamento”. Todavia, o que permite servir de passaporte para cruzar cada uma dessas fronteiras dos regimes normativos em voga é o dinheiro (FELTRAN, 2014). Por conta disso, entre o trabalho incerto, os ganhos irregulares, os empregos de pouca duração, a instabilidade ocupacional, o “perrengue” com as contas no final do mês, o boleto da dívida, o risco no crime e a cobrança do aluguel, o indivíduo está atrás é de dinheiro para se constituir enquanto sujeito monetário – mesmo que ele nunca consiga acumular o suficiente para sair dessa condição.

Gostaríamos de salientar que a complexidade de compreensão das economias periféricas e de suas diversas estratégias de sobrevivência fazem parte de um mosaico de adversidades. Essa situação é, como descrita por Cibele Rizek (2012), responsável por jogar sobre as periferias uma mancha cinzenta em que predomina a indeterminação e que dificulta qualquer compreensão mais direta. Há muito mais complexidade do que descrevemos neste breve artigo, já que a periferia é produzida a partir de um conjunto de novas injunções sempre em movimento, que acompanha o desenvolvimento da sociedade.

Por exemplo, sobreviver na adversidade é também conseguir driblar as políticas de segurança pública cujo principal objetivo é a “pacificação” das periferias, pois, ao mesmo tempo em que tentam barrar e controlar o crescimento da violência, também contribuem para a reprodução dela. Feltran (2014) argumenta que dentre os muitos programas sociais destinados às periferias – que, vale destacar, possuem o viés de “moralizar e educar” a população pobre –, quando não se consegue atingir a “pacificação” social e ética do indivíduo, este é marginalizado e passa a ser tratado como tal. De outro lado, há a constituição de uma cidadania cadastral que transforma esse “público-alvo” em receptores de políticas públicas unilaterais. Entre um e outro, há o acúmulo de negligências e interdições de direito que ampliam constantemente as adversidades a que essa população está sujeita. Ao mesmo tempo, a constelação de estratégias para sobreviver na adversidade reforça um processo de individualização e acaba amplificando as forças de desagregação social em curso. De bicos intermitentes à institucionalização coagida ou forçada, de uma ação criminosa arriscada a uma tentativa precária de empreendedorismo, todas são práticas configuradas como *saídas de emergência* (CANETTIERI, 2020).

Nesse contexto, que poderíamos denominar de reprodução social crítica, as estratégias são constantemente (re)mobilizadas, atualizadas, abandonadas, retomadas etc. Nas periferias, o trabalho de viração, o assistencialismo de crise, o microempreendedorismo, o endividamento de baixa renda, o rentismo periférico e os ilegalismos populares se fundem e constituem uma forma específica de reprodução social baseada na precariedade. Essa forma-periferia pode ser entendida, portanto, como o produto, a condição e o local onde a precariedade se constitui como parâmetro da reprodução social.

Destaca-se que a reprodução social crítica implica manutenção do neoliberalismo, uma vez que sua ideologia “convenceu parcelas da quebrada de que era melhor pagar por um plano de saúde do que defender o SUS, de que a escola pública não compensava, de que o carro era o verdadeiro símbolo de status e de que tornar-se patrão de si próprio era a saída para o desemprego” (D’ANDREA, 2022). Isso significou, como demonstra Abílio (2021), que a prática da viração se

tornou a regra nas periferias — marcada pela inexistência de vínculos contratuais formais e por um horizonte de direitos diminuto. Soma-se a isso o profundo endividamento a que as classes populares estão sujeitas. O crédito é mobilizado cotidianamente como uma forma de garantir a reprodução social, mesmo que acompanhado de altos juros que desmontam os orçamentos já reduzidos (SCIRÈ, 2011).

## 7. Considerações finais

Esperamos ter sido possível demonstrar que periferias são espaços de grande complexidade, marcados por fraturas e fronteiras que delimitam, em seu próprio interior, diferentes tipos de moradia, de relação com o Estado, de expectativas, de mobilização do ambiente construído e de relações cotidianas. Dessas diferenças resultam tipologias específicas que podem ser utilizadas para um maior refinamento nas nossas análises, contribuindo para melhor compreender o fenômeno urbano e como este se manifesta nas periferias. Apesar das recentes transformações das tendências da urbanização, no entanto, não se supera a dicotomia centro x periferia como alguns trabalhos contemporâneos parecem sugerir. Como buscamos descrever, a separação é ainda pertinente para compreender o processo de produção do espaço urbano desde que se reconheçam os diferentes matizes que existem no interior da periferia.

Reconhecer essa complexidade, constituída como um mosaico de práticas sociais, significa também reconhecer que os indivíduos estão sempre transitando entre diferentes regimes normativos para garantir sua reprodução. Dessa forma, diferentes composições entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal se manifestam nas periferias, mesmo diante de processos gerais que precarizam as relações cotidianas e ampliam as vulnerabilidades a que a população periférica está sujeita, em especial no atual contexto de encolhimento significativo do trabalho formal. Dessa maneira, novas configurações e mediações surgem nos espaços periféricos, e devem ser descritas e analisadas para melhor se compreender as liminaridades, porosidades, diferenças e indiferenças nesses territórios.

Olhar para a periferia, em seus diferentes matizes, significa compreender melhor o desdobramento de uma prática social contraditória que é o capital, que logrou instituir uma forma de reconhecimento e mediação social baseada no trabalho, mas, com a outra mão, bloqueou os meios efetivos de parte da população para se reproduzir nesses termos. Com isso, gostaríamos de sugerir que, apesar da diversidade de maneiras de manifestação dessa reprodução social crítica, existe uma unidade sintética no processo, dado que podemos chamar de forma-periferia, que parece esclarecer a marcha do colapso e permite colocar em destaque o derretimento das formas sociais anteriormente erigidas no sistema produtor de mercadorias.

## 7. Referências

- ABÍLIO, Ludmila. Informalidade e periferia no Brasil contemporâneo. In: MARQUES, Lea (Org.). **Trajetórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021
- ADDIE, Jean Paul; FALCO, Stefano; ANGELIDOU, Margarita. Building resilience in the urban periphery. **European Urban and Regional Studies**, vol.26, n.2, p.205–223, 2019.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARANTES, Paulo. **O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BERALDO, Ana. **Negociando a vida e a morte: Estado, igreja e crime nas margens urbanas**. São Carlos: Ed.UFSCAR, 2022.

BENZAQUEN, Ricardo. O estímulo do governo Temer à financeirização da pobreza. **Revista de Ciências Sociais**, vol.53, n.2, p.399-436, 2022

BRAGA, Ruy. **Rebelia do precariado: trabalho e neoliberalismo no Sul global**. São Paulo: Boitempo, 2017.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: USP, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo: Fundação para Pesquisa Ambiental, 1979.

CALDEIRA, Teresa. Peripheral urbanization: autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Environment and Planning D: Society and Space**, vol.35, n.1, pp.3-20, 2017

CANETTI, Thiago. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CARDOSO, Adalberto. **A construção da sociedade do trabalho no Brasil**. São Paulo: FGV, 2014.

CÔRTEZ, Mariana. **Diabo e fluoxetina: pentecostalismo e psiquiatria na gestão da diferença**. Curitiba: Appris Editora, 2017.

COSTA, Henrique. **Um lugar ao sol: utopia e sofrimento no empreendedorismo popular paulistano**. (tese) Doutorado em Ciências Sociais - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2022.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo. **A formação das sujeitas e dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. São Paulo: Dandara, 2022

DENNING, Michael. Wageless Life. **New Left Review**, n.66, 2010.

FELTRAN, Gabriel. O valor dos pobres: a aposta no dinheiro como mediação para o conflito social contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, Vol. 27, n.72, pp.495-512, 2014.

FELTRAN, Gabriel de Santis. **Fronteiras de tensão: políticas e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

HALL, Sarah. Revisiting Geographies of Social Reproduction: Everyday life, the endotic and the infra-ordinary. **Area**, vol.54, n.11, 2020

HIRATA, Daniel. **Sobreviver na adversidade: mercados e formas de vida**. São Carlos: Ed.UFSCAR, 2017.

HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

ILLNER, Peer. **Disasters and social reproduction: crisis response between the State and community**. Londres: Pluto Press, 2021

KATZ, Cindi. Capitalismo vagabundo e a necessidade da reprodução social. **Geosp - Espaço e Tempo (Online)**, vol.23, n.2, p.435-452, 2019

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

KURZ, Robert. **O colapso da modernização**. Da derrocada do so-cialismo de caserna à crise da economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

MARICATO, Ermínia. **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista / O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

- POCHMANN, Marcio. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.
- RIBEIRO, Vanessa. Redes de amparo e os evangélicos (neo)pentecostais em favela. ANAIS. **41º Encontro Anual da Anpocs**. Caxambu: Anpocs, 2017
- RIZEK, Cibele. **Trabalho, moradia e cidade**: zonas de indiferenciação?. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 27, p. 41-49, 2012.
- RIZEK, Cibele. Periferias – revisitando fraturas e crises. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; RIZEK, Cibele. *Direito à cidade e direito à vida: perspectivas críticas sobre o urbano na contemporaneidade*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2022.
- SCHWARZ, Roberto. **Sequências brasileiras**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- SCHWARZ, Roberto. **Seja como for**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SCIRÈ, Claudia. Financeirização da pobreza: crédito e endividamento no âmbito das práticas populares de consumo. **Teoria e Pesquisa**, vol.20, n.1, p.65-79, 2011.
- TELLES, Vera. Illegalismos populares e relações de poder nas tramas da cidade. In: CABANES, R.; GEORGES, I.; RIZEK, C.; TELLES, V. (Orgs.). **Saídas de emergência**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- TOMMASI, Livia. Culturas de periferia: entre o mercado, os dispositivos de gestão e o agir político. **Política & Sociedade**, vol.12, n.23, 2013.